



ATRIBUIÇÃO DOCENTE E CONTROLE DO OFÍCIO DE PROFESSORAS PRIMÁRIAS RURAIS SOB A ÓTICA DE FOUCAULT (LONDRINA, PR, 1961-1969)

Thais Bento Faria¹  

Jéssica Mayara Ariza Mariano²  

Resumo

O estudo tem como objetivo conhecer as atribuições docentes e os mecanismos de controle do ofício de professoras primárias rurais de Londrina entre 1961 e 1969, sob a ótica de Michel Foucault (2014). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que articula as contribuições da produção historiográfica e toma como fonte documental as atas de reuniões pedagógicas e extraordinárias do Departamento de Educação do município de Londrina com o professorado da época. Conclui-se que as vocacionadas, missionárias e abnegadas professoras primárias leigas, palavras que as adjetivavam, era esperado que tivessem boa vontade, fossem conscientes de seus deveres e se sujeitassem às normas do departamento. Nos anos 1960, inúmeros trabalhos compunham o rol de atribuições docentes para além do estritamente pedagógico. À luz de Foucault, a pesquisa aponta a disciplina, o controle da atividade, a vigilância hierárquica e as sanções normalizadoras como mecanismos para forjar a professora desejada e controlar seu ofício. Todavia, o estudo considera que a insistência e a constância do controle indicam a correlação de forças, a contraconduta, a indisciplina e a resistência do professorado primário rural londrinense na década de 1960.

Palavras-chave: História da educação; Educação rural; Formação de professores em serviço; Autonomia docente; Ensino primário.

Como citar

FARIA, Thais Bento; MARIANO, Jéssica Mayara Ariza. A atribuição de tarefas e o controle do cargo de professor primário rural sob a perspectiva de Foucault (Londrina, PR, 1961-1969). **Educação em Análise**, v. 10, p. 1- 19. 2025. DOI: 10.5433/1984-7939.2025.v10.51055.



¹ Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação: Intelectuais e Instituições Escolares. Doutora em Educação (2017) pela Universidade Estadual de Maringá. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil. Endereço eletrônico: thaisbentofaria@gmail.com.

² Professora na Rede Municipal de Londrina. Cursa Especialização em Alfabetização e Letramento, na Unicesumar. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil. Endereço eletrônico: jessikmay15@gmail.com.

TEACHING ATTRIBUTION AND CONTROL OF THE WORK OF RURAL PRIMARY TEACHERS FROM THE FOUCAULT'S PERSPECTIVE (LONDRINA, PR, 1961-1969)

Abstract: The study aimed to understand the teaching attributions and control mechanisms of rural primary school teachers in Londrina between 1961 and 1969, from the perspective of Michel Foucault (2014). This was a bibliographical and documentary research, which articulates the contributions of historiographical production and takes as a documentary source the minutes of pedagogical and extraordinary meetings of the Department of Education of the municipality of Londrina with the teachers of the time. The vocational, missionary, and selfless primary teachers, words that describe them, were expected to have goodwill, be aware of their duties, and be subject to the department's norms. In the 1960s, numerous studies made up the list of teaching attributions beyond those strictly pedagogical. In the light of Foucault, the research points to discipline, activity control, hierarchical surveillance, and normalizing sanctions as mechanisms to forge the desired teacher and control her work. However, the study considers that the insistence and constancy of control indicate the correlation of forces, the counter-conduct, indiscipline, and resistance of rural primary teachers in the municipality of Londrina in the 1960s.

Keywords: History of education; Rural education; In-service teacher training; Teaching autonomy; Primary school.

ATRIBUCIÓN DOCENTE Y CONTROL DEL OFICIO DE PROFESORAS DE PRIMARIAS RURALES BAJO LA MIRADA DE FOUCALT (LONDRINA, PR, 1961-1969)

Resumen: En el estudio se tiene como objetivo conocer las atribuciones docentes y los mecanismos de control del oficio de profesoras de primarias rurales de Londrina entre 1961 y 1969, bajo la óptica de Michel Foucault (2014). Se trata de una investigación bibliográfica y documental, que articula las contribuciones de la producción historiográfica y se utiliza como fuente documental las actas de reuniones pedagógicas y extraordinarias del departamento de educación de Londrina con el profesorado de la época. Se concluye que las vacacionadas, misionarias y abnegadas profesoras de primarias laicas, palabras que las adjetivaban, era esperado que tuvieran buena voluntad, fueran conscientes de sus deberes y se sujetasen al departamento de educación. En los años 1960, componían el rol de atribuciones docentes labores para más allá de lo estrictamente pedagógico. A la luz de Foucault, la investigación apunta la disciplina, el control de la actividad, la vigilancia jerárquica y las sanciones normalizadoras como mecanismos para forjar la profesora deseada y controlar su oficio. Sin embargo, el estudio considera que la insistencia y la constancia del control indican la correlación de fuerzas, la contra conducta, la indisciplina y la resistencia del profesorado de primario rural de Londrina en la década de 1960.

Palabras clave: Historia de la educación; Educación rural; Formación docente en servicio; Autonomía docente; Escuela primaria.

Introdução

Esta investigação apresenta os mecanismos de controle e de difusão de normas, comportamentos, saberes e valores a docentes primários rurais, majoritariamente leigos, na cidade de Londrina (PR, Brasil) entre 1961 e 1969 que, em reuniões pedagógicas e extraordinárias com o Departamento de Educação do município, momento por excelência de formação em serviço, impactou a produção da identidade docente e da infância em consonância com o projeto de sociedade conservadora e autoritária em tempos de ditadura. Optamos pela expressão reunião pedagógica, como consta nas atas e porque entendemos o caráter formativo destes encontros. Eram reuniões ordinárias, que aconteciam mensalmente, com data pré-determinada e com clara intenção de formar em serviço um professorado predominantemente leigo. Em particular, a pesquisa tem como objetivo conhecer as atribuições docentes e os mecanismos de controle do ofício de professoras³ primárias rurais de Londrina entre 1961 e 1969, sob a ótica foucaultiana. O recorte temporal tem como marco o ano de 1961, data da primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB/EN), e 1969 como recorte temporal final, último ano de atuação do Departamento de Educação e Assistência Social (Deas), antes de se tornar Secretaria Municipal de Educação.

O Departamento de Educação do município foi fundado em 1949 como Departamento de Educação Pública e Assistência Social (Depas) para alinhar a política de educação municipal com o nacionalismo que prevalecia no contexto brasileiro. Em meados de 1965, seu nome muda para Departamento de Educação e Assistência Social⁴ e, em 1969, passa para Secretaria Municipal de Educação (Capelo, 2002).

Na produção historiográfica elegemos, organizamos e interpretamos as fontes históricas em conformidade com opções metodológicas e teóricas. Este trabalho optou por duas metodologias: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Embasamo-nos em Capelo (1996, 2002), Corrêa e Faria (2022), Faria (2017), Furtado, Bezerra e Moreira (2019), Guedes e Schelbauer (2010), Honorato e Yamashita (2022), Ivashita (2016), Faria e Ivashita (2022),

³ Na pesquisa, empregamos professora no feminino porque a maior parte do professorado de Londrina, neste recorte temporal, era constituída de mulheres. A análise das assinaturas ao fim das atas de reunião pedagógica permite esta afirmativa.

⁴ Apesar da mudança de Departamento de Educação Pública e Assistência Social (Depas) para Departamento de Educação e Assistência Social (Deas), as atas de reunião nem sempre utilizam a nomenclatura adotada. Mesmo depois de 1965, há momentos que se referem ao Depas. Na redação das atas, a primeira referência ao Deas ocorreu em maio de 1966. Para este estudo, referimo-nos ao Depas até 1964 e ao Deas, de 1965 até 1969.

Vicentini Lugli (2009), Schelbauer e Corrêa (2013) para afirmar que o elemento diferenciador está na natureza das fontes, a pesquisa bibliográfica remete às contribuições de diferentes autores sobre o tema e, em específico, sobre a historiografia da educação.

A pesquisa documental recorre a cerca de 280 folhas manuscritas de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009) que, nesta produção historiográfica, constituem-se de atas de reuniões pedagógicas e extraordinárias do Departamento de Educação do município de Londrina, com o professorado da época. São inúmeras as possibilidades de perguntas para essas fontes históricas, contudo se sentenciou a atribuição docente e o controle do ofício do magistério primário rural como questão condutora, empenhando também esforços para compreender o contexto em que essas reuniões ocorriam, à luz da obra *Vigiar e Punir*, de Foucault (2014). É oportuna a análise sob a lente desse intelectual em razão do modelo disciplinar adotado pela sociedade, cujo objetivo era, por meio da disciplina, tornar o sujeito mais obediente e útil para a sociedade onde estava inserido (Garcia; Grisotto, 2018), bem como tratar de anos que antecede e culmina o golpe militar de 1964, e, após, com o endurecimento da ditadura com o Ato Institucional nº 5, em 1968.

Dessa forma, a obra do filósofo se torna um guia na leitura das atas, pois considera o uso da disciplina como fundamental na produção de corpos ‘dóceis e úteis’ para a sociedade e que a escola operou “[...] como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (Foucault, 2014, p. 144).

Para o autor, a punição na sociedade do controle passa por processos sutis (castigo físico leve, privações ligeiras, pequenas humilhações), tornando o inadequado à regra, como desvios que devem ser objeto de disciplinamento. Disciplina que atingia as professoras, muitas vezes lembradas nas atas como exemplos de moral e bons comportamentos, e os estudantes que, indubitavelmente, eram impactados pelo docente forjado e o currículo em vigência. Concordamos com Silva (1995, p. 8) que o currículo não apenas representa, ele faz, ele forma gente e que “[...] não é constituído de conhecimentos válidos, mas de conhecimentos *considerados socialmente válidos*” e, no período investigado, durante a formação em serviço docente, o controle do ofício se dava também pelo currículo que deveria ser operado nas escolas rurais, alinhado ao dado projeto de sociedade, com o compromisso de formar um tipo de professora e engajado com certa produção identitária de infância.

No que tange à revisão de literatura, Furtado, Bezerra e Moreira (2019) ressaltam que a história da formação e da profissão docente no meio rural ainda é uma temática pouco explorada

pela historiografia educacional brasileira. Concernente aos estudos específicos sobre o estado do Paraná, Faria e Ivashita (2022) sistematizaram amplo levantamento bibliográfico disponível na obra *História e Memória da Educação Rural no século XX*, organizada por Chaloba, Celeste Filho e Mesquita (2020). A análise e a sistematização de três inventários desta obra alertam para a falta de pesquisas acerca do tema trabalho docente rural no território paranaense.

Para tratar de um assunto necessário no âmbito da historiografia brasileira, paranaense e, em particular, londrinense, a escrita do artigo se estrutura na redação da introdução, nos três subtítulos *A educação no Paraná e em Londrina em tempos de ditadura*, *O ritual formativo para forjar a professora primária rural* e *O controle do ofício docente primário rural em Londrina*, por fim, tecem-se as considerações finais.

A educação no Paraná e em Londrina em tempos de ditadura

Em consonância com a ideologia desenvolvimentista, com a ideia de progresso e racionalização, a atuação dos governadores Ney Braga (1961-1965) e Paulo Pimentel (1966-1971) teve como marca a busca pela substituição do tema vocação agrícola por industrialização, a transformação de um “Paraná Tradicional” em “Paraná Moderno”, a moralização da máquina administrativa, o desenvolvimento de políticas na área de educação, saúde e segurança pública (Corrêa; Faria, 2022).

Com o projeto de Paraná defendido por Ney Braga, foi necessário investir na reorganização da economia para que os desafios pudessem ser enfrentados. De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IparDES (1989), enquanto os governos anteriores voltaram sua atenção para uma política de colonização e estímulo à agricultura, Ney Braga e Pimentel adotaram o discurso em defesa da industrialização e uma administração pública comprometida com o gerenciamento desse processo.

A presente investigação, centrada na historiografia da educação rural londrinense, insere-se no cenário de decréscimo da população rurícola que, paulatinamente, entre os anos 1960 e 1970, migra para a zona urbana, todavia há de se considerar que um percentual expressivo residia no campo, precisava de escola e de professores. As pesquisas de Capelo (2002) apontam que, até os primeiros anos de 1970, a demanda por escolas rurais cresce

substancialmente, entretanto, após este período, verifica-se seu decréscimo com o esvaziamento do meio rural.

No âmbito do discurso governamental no estado do Paraná, a educação nas mensagens dos governadores entre 1961 e 1971 era concebida como ‘investimento ou aplicação produtiva do capital’ e a tônica dos discursos de Ney Braga foi a liberdade humana e a industrialização, com destaque ao investimento e à realização de obras de energia elétrica e rodovias. Preocupava-se com o escoamento da produção e a integração do estado, em contrapartida, nenhum projeto vinculado à área da educação. Apesar de considerar a educação primária como fundamental, em particular sobre os professores, é apresentada nas mensagens governamentais em discursos genéricos. Nos pronunciamentos de Paulo Pimentel tem lugar importante a formação de professores para o ensino primário e médio, no âmbito da teoria e do princípio de desenvolvimento integrado. Concernente aos professores primários, atentava-se à formação continuada mediante cursos de aperfeiçoamento (Corrêa; Faria, 2022).

Mesmo antes da década de 1960 no Paraná, Schelbauer e Corrêa (2013) identificam o caráter modernizador como uma ação articulada entre o governo estadual e o governo federal. As autoras destacam a expansão da escola primária rural resultante do processo de desenvolvimento agroindustrial no interior do estado, correlacionado aos discursos nacionalizantes, modernizadores e de expansão da agroindústria. No período que antecede a década de 60 do século XX, especificamente em 1949, Londrina delineia traços mais definidos de uma política de educação municipal, absorve as escolas da iniciativa privada e comunitárias (muitas delas, escolas étnicas), transformando-as em municipais, vincula-se ao nacionalismo modernista da era Vargas e cria o Departamento de Educação Pública e Assistência Social, que centralizou as decisões sobre a educação rural como forma de controle aos professores, que se encontravam dispersos nas escolas de fazendas, e com o intento de qualificar em serviços os docentes majoritariamente leigos, menciona Capelo (2002).

As escolas isoladas, unidocentes e multisseriadas, assemelhavam-se a casas simples de madeira e eram consideradas como uma extensão do próprio lar, muitas vezes coabitando com o espaço físico das igrejas. Como define o próprio nome, ao tratarmos das escolas isoladas, é comum pensar que os professores tinham livre arbítrio para sua ação pedagógica. Essa ideia é um equívoco, pois o serviço de supervisão escolar em Londrina era caracterizado como muito atuante. Criado no início da década de 1950 pelo Depas, o serviço de inspeção realizava visitas que analisavam desde a limpeza do local até pautas de chamadas, provas, livros e diários. As escolas isoladas sofriam com propostas pedagógicas formuladas, muitas vezes, a partir de

referências urbanas, não se configurando nem como uma educação rural, nem como uma educação urbana (Capelo, 1996, 2002).

Se nos anos 1940 e 1950 já acontecia o trabalho da inspeção escolar e o controle das escolas isoladas londrinenses, posterior aos anos 1960 se intensifica, como salienta Capelo (1996, 2002). Faria (2017) elucida que, em razão da marca da descentralização presente na LDB/EN de 1961, o governador do estado do Paraná, à época, frisava a constituição de inúmeros ‘propósitos descentralizadores’, como a criação de inspetorias regionais, o curso de férias para professores leigos (1964) e a organização do serviço de supervisão do ensino primário pelo Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. Mecanismos descentralizadores que intensificaram o controle do trabalho docente, em especial um dos principais desafios era lidar com o número crescente de professores primários sem formação, por exemplo, nos anos 1960 havia 113.747 professores normalistas e 97.854 leigos.

Em Londrina, o concurso público tornou-se um divisor de águas, pois, ao apenas permitir o ingresso de normalistas, vislumbra-se a ampliação de docentes e, sobretudo, do quadro de professores titulados. Em 1969, havia 170 professoras - 24 normalistas e 146 leigas - e em 1970, após o concurso público, passou para 393 professoras - 251 normalistas e 142 leigas (Londrina, 1969b). Desta forma, no período de análise desta investigação, nas reuniões pedagógicas e extraordinárias do Departamento de Educação predominavam os professores sem titulação e que exerciam a docência nas escolas rurais. Dedicamos os próximos subtítulos para saber como se dava o controle do ofício e o que esperavam destas docentes - em geral, mulheres, da própria região, ingressantes na profissão sem concurso público, leigas e que atuavam na escola rural.

O ritual formativo para forjar a professora primária rural

Para atingir os objetivos traçados, tomamos o registro das reuniões pedagógicas e extraordinárias do Departamento de Educação de Londrina entre 1961 e 1969. As atas são registros formais tecidos em reuniões oficiais com o professorado, tanto com seus pares quanto subordinados, com caráter ritualístico e pauta presumida, visando deliberar sobre assuntos de interesse comum ou repassar informações, como define Esquinsani (2007).

A primeira ata analisada para este estudo é de fevereiro de 1961, na ocasião a reunião foi presidida pela diretora do ensino público municipal, a diretora do Depas, cargo ocupado por Adelina Castaldi⁵ até dezembro de 1963. As reuniões pedagógicas e extraordinárias, em sua maioria, eram presididas pela diretora do departamento, porém, quando não estava disponível, por um(a) inspetor(a) ou uma orientadora de ensino. Estas reuniões ocorreram, sobretudo, na Câmara municipal de Londrina e, ocasionalmente, em reuniões pontuais e extraordinárias, em salas menores do Departamento de Educação, somente em 1968 ocorreram no salão da rádio Difusora. Todas as reuniões extraordinárias que contemplavam a cerimônia de entrega de diplomas aconteceram no Grêmio Recreativo e Literário Londrinense.

Outro ponto importante é as pessoas presentes na reunião, contava com a diretora do Depas/Deas ou algum representante na presidência e também com inspetores(as) e orientadoras de ensino. Esquinsani (2007) demarca o elemento ritualístico e característico das atas, dentre eles, a coleta de assinaturas do redator e dos presentes, que garante autenticidade ao dito em reunião. Em 1961, momento em que todos presentes assinavam as atas, contabilizamos até 137 assinaturas em uma única sessão. Neste ano, pela contabilização das assinaturas das reuniões pedagógicas, houve uma média de 110 pessoas presentes.

A partir da reunião de fevereiro de 1962, o departamento informou que as atas seriam assinadas somente por seis professoras municipais, que representariam o corpo docente. Esses representantes seriam correspondentes: à sede (zona urbana de Londrina) e as regiões de Irerê, Tamarana, São Luís, Guaravera e Warta. Em abril daquele ano também foi informado que seriam distribuídos ‘cartões presença’, para fins de registro e controle de frequência do Depas (Londrina, 1962)⁶.

A temática central das reuniões foi as circulares mensais expedidas pelo departamento, cujos temas sofriam pequenas mudanças de acordo com as necessidades do departamento, em suma seguiam uma ordem similar, como demonstra o excerto de uma ata, que iniciou com a explicação de itens da circular n. 1 de agosto de 1961:

⁵ Silva (2015) em “Poder político e relações de parentesco no município de Londrina - Paraná”, localiza 16 famílias de maior atuação política na cidade, dentre elas a Hosken de Novaes/Castaldi. Adelina Castaldi foi casada com José Hosken de Novaes, advogado de destaque que foi procurador jurídico, vereador e prefeito em Londrina (1964-1969). Dentre outras atuações no âmbito da política, foi vice-governador e governador do estado do Paraná. Adelina até 1963 esteve na diretoria do Depas, entre 1964 e 1968, ocupou o cargo de presidente da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI), como comumente acontecia com as esposas dos prefeitos até os anos 1980 (Alves, 2002).

⁶ Nas atas de reunião pedagógica e extraordinária constam em um único livro, intitulado “Ata de reunião pedagógica de 1961-1974”, listado nas referências bibliográficas desta pesquisa. Entretanto, com o intento de ser mais específico, ao longo do artigo, optamos por sempre referenciar o ano da ata citada.

I - Período escolar do presente “Ano Escolar Agrícola Experimental”. II – Horário. III – Turnos. IV - Dos alunos: a) uniforme; b) pontualidade; c) faltas; d) limpeza, higiene. V - Do professor: a) assiduidade; b) pontualidade; c) apresentação; d) escrituração escolar; [...] e) a escola: cuidados do professor quanto à estética do interior, a responsabilidade nos 50 m ao redor, caixa socorro, horta, jardim. VI – Matrículas. VII – Livros adotados. [...] VIII - Materiais que os alunos devem possuir. IX – Feriados [...] não mais haverá comemorações ao Dia da Pátria devido a situação do Brasil. X – A pequena biblioteca – foi aconselhado aos srs. professores adquirirem alguns livros para seu acervo pessoal [...] (Londrina, 1961, p. 22 verso -23).

Neste ritual formativo, observamos similitudes ao afirmado por Guedes e Schelbauer (2010, p. 230): “Os conteúdos que o professor deveria ensinar na Escola Primária eram aprendidos, juntamente, com a maneira de ser professor”, pois as reuniões em Londrina intencionavam alinhar o ensino das professoras com o pretendido pelo Depas, bem como os professores recebiam “planos de aula já prontos” elaborados pelas orientadoras de ensino, restando as professoras “[...] acatarem as sugestões, os métodos eficientes e pô-los em ação” (Londrina, 1961, p. 26 verso). Esse aspecto se evidencia também nas aulas lecionadas pelas orientadoras de ensino para as professoras, que se constituíam em demonstrações de como ministrar o conteúdo.

Honorato e Yamashita (2022) apontam que ao Depas competiu o aperfeiçoamento do professorado municipal, em especial aos leigos, e destacam o papel importante das reuniões pedagógicas em Londrina, de 1934 a 1963. Entre 1961 e 1969, identificamos que a formação em serviço ocorria durante a reunião pedagógica, seja mediante aulas-modelo, palestras acerca da boa conduta, circulares, programas e outros documentos oficiais, que eram modelar para a ação docente. Embora no primeiro momento fossem registradas aulas-modelo em todas as reuniões, a partir de 1962 os registros sobre essas demonstrações se tornam mais escassos, há indícios de que continuavam, mas a escrita das atas se torna mais sucinta ao longo dos anos.

Sob a ótica foucaultiana, essa combinação de aulas-modelo, programas, circulares e etc. constituem uma vigilância constante, porém sutil. Spíndola (2011, p. 2) afirma que essa “introjeção subjetiva tem o efeito de criar uma realidade comportamental induzida, [...] uma relação real e mecânica de disciplina”.

A tônica das reuniões pedagógicas e extraordinárias se modificam com o avanço da ditadura militar em 1964; a partir do golpe a ênfase em conteúdos pátrios e religiosos se intensificam com as solicitações de ensaios de hinos, orientações sobre a explicação dos

símbolos pátrios às crianças e aulas-modelo sobre religião, ministrada por freiras. Quanto ao incentivo ao nacionalismo, encontramos recorrentes exortações:

Vimos observando com muita tristeza que os brasileiros não sabem mais cantar o hino em homenagem a sua Pátria e tudo aquilo que representa tradição, história e culto ao país em que nasceu deve ser ensinado, bem como, devemos falar sempre com amor e esperança no futuro da nossa pátria. Para isso devem aproveitar todas as datas cívicas, procurando interessar os alunos, contando sempre histórias humanas sobre os vultos brasileiros (Londrina, 1968, p. 123 verso).

O controle também se dava pela figura docente primária rural londrinense almejada, que aparece permeada de abnegação.

Educar, ideal sonhado por muitos e realizado por poucos mas, de uma tal maneira realizado e com tamanha imensidão alcançado que atinge todos em todos os tempos. Pois quem escolheu a missão de professor não escolheu seu próprio futuro, mas o futuro do “outro” (Londrina, 1969a, p. 133 verso).

Embora com outro recorte temporal, entre 1951 e 1953, os Boletins da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná ressaltam a imagem do professorado vinculada à figura de detentor de uma ‘missão quase que divina’ e “elencam como qualidades do professor: disciplina, dedicação, entusiasmo, inspiração religiosa, justiça, paciência, sinceridade e coragem, dicção e assiduidade” (Ivashita, 2016, p. 133). Na presente investigação, o Departamento de Educação de Londrina esperava que para a professora atingir o ideal “é necessário que os professores possuam vocação, boa vontade e sejam cônscios de seus deveres” e que “[...] são obrigados os professores a obedecerem aos Regulamentos do Departamento de Ensino [...], nenhuma lei obriga, ou melhor, permite o Departamento sujeitar-se ao Professor” (Londrina, 1961, p. 26 verso-27). Enfatiza a necessidade de se manter a boa conduta em consonância com os valores vigentes à época e que fosse exemplo físico e moral e, caso não cumprisse suas atribuições, estaria sujeita à suspensão ou exoneração do cargo (Londrina, 1962). Honorato e Yamashita (2022) concordam que, desde 1934 a 1963, intensificaram a fiscalização, o acompanhamento e o controle do trabalho docente no município de Londrina, sobretudo após a existência do Depas, inclusive auxiliou na estruturação da profissão de professor.

Outro aspecto importante é a feminização do magistério primário rural em Londrina. Nos cargos superiores, como diretoria, orientação ou inspeção de ensino, bem como na docência primária rural, o Departamento de Educação londrinense era predominado por mulheres. Uma

‘boa conduta’ era esperada, enaltecida e um aspecto de controle para além dos muros físicos da escola, cabia às docentes realizar a ponte entre familiares e o departamento, portanto era importante que estas mulheres fossem aquilo que se esperavam delas em sua ‘missão’.

O Depas/Deas compreendia que no exercício docente primário rural, o professorado executasse: trabalhos relacionados à secretaria, tais como matrículas, transferências, preenchimento de boletins; limpeza e cuidado do ambiente físico escolar, manutenção, limpeza e conservação, inventário de materiais; trabalhos junto à comunidade como campanhas de vacinação e atividades extraclasse; formação religiosa, moral e cívica; trabalhos pedagógicos como lecionar, organizar, registrar, aplicar provas.

Para além de todas as funções de ordem mais prática e pedagógica, esperava-se que a professora fosse organizada e caprichosa, que não faltasse ao trabalho, fosse assídua, seguisse expressamente as orientações dos programas e circulares produzidas pela instância superior. O departamento expressa sua preocupação em uniformizar o ensino e suprir as deficiências da formação com o papel da orientadora de ensino em suas aulas-modelo. Os programas e as circulares representavam uma tentativa de sistematização do ensino regional, mas, para além disso, uma forma de forjar a professora desejada e controlar seu ofício.

O controle do ofício docente primário rural em Londrina

Falar sobre o controle do ofício sob a ótica foucaultiana sem discutir as relações de poder seria incoerente. "Vigiar e Punir" dedica-se às relações de poder e de como o corpo passou a ser alvo para se tornar dócil (Garcia; Grisotto, 2018). Em razão do objeto de estudo, a discussão neste subtítulo concentra nos seguintes aspectos da obra: a disciplina, o controle das atividades, a vigilância hierárquica e as sanções normalizadoras.

Os ‘corpos dóceis’ são fabricados pela disciplina, tornando-se submissos e com utilidade econômica. A ‘docilização do corpo’ ocorre mediante “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 2014, p. 135).

O controle da atividade docente em Londrina, entre 1961 e 1969, é realizado de forma sistemática pelo Depas/Deas. O poder nos moldes foucaultianos, de acordo com Garcia e Grisotto (2018), atravessa constantemente a vida nos observando, regulando e modelando,

fabricando o sujeito que a sociedade espera e, neste caso, forjando a professora que o departamento almejava para uma sociedade autoritária e conservadora.

Capelo (2002) assinala que o ofício das professoras primárias do município em questão foi controlado pelo departamento desde sua criação (1949) até o seu fim (1969), como frisamos anteriormente. Percebe-se nas atribuições das professoras primárias mecanismos usados para garantir disciplina, ‘adestramento’ e ‘normalização’.

Foucault (2014, p. 148) explica que o controle da atividade envolve ‘garantir a qualidade do tempo’, anular distrações e, portanto, possibilitar ‘um tempo integralmente útil’. À medida que o aparelho se torna mais importante e mais complexo, vigiar se transforma em uma função necessária e deve fazer parte do processo com um pessoal especializado, distintos dos demais.

Lira (2010) nos lembra da implantação da LDB/EN em 1961 e do golpe militar em 1964, acontecimentos que influenciaram de forma direta a classe docente. Com a criação de departamentos ou divisões regionais de ensino, os denominados ‘mecanismos descentralizadores’, adotaram-se funções cada vez mais especializada e técnica para tomar decisões e contar com o mínimo de resistência, exemplar é a presença da diretoria do departamento e da figura de especialistas como as orientadoras de ensino, os(as) inspetores(as) e também a supervisora escolar.

O Departamento de Educação de Londrina empregou mecanismos de controle, entre eles a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora, os exames, entre outros. O departamento representava, fundamentado em Foucault (2014, p. 171), a estrutura física que acumula “funções administrativas de direção, policiais de vigilância, econômicas de controle e de verificação, religiosas de encorajamento à obediência e ao trabalho” e era esse lugar que enviava as ordens, registravam as atividades, ‘percebia e julgava as faltas’.

A vigilância hierárquica opera “[...] para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modificá-los” (Foucault, 2014, p. 169). Nas atas de reunião pedagógica, a presença do(a) inspetor(a), das orientadoras de ensino, das bancas examinadoras, a classificação das professoras, a avaliação contínua dos semanários e dos demais documentos como livros de chamadas e estatísticas, aulas expositivas sobre determinado assunto a ser lecionado em sala de aula, constituíram-se em uma vigilância contínua, hierarquizada e coercitiva.

A ideia de observação constante, mesmo que não aconteça de maneira efetiva, introjeta no sujeito por meio da coerção, a disciplina. A ‘aparente onipresença’ molda o comportamento,

Foucault via na observação contínua um mecanismo de ‘docilização dos corpos’, contribuindo para a formação de uma sociedade obediente (Spíndola, 2011). Ainda sobre a vigilância onipresente, nota-se no trecho transcrito da ata que ‘não há necessidade’ de fiscalização, pois as professoras devem ter introjetado em seu comportamento ou ‘no seu íntimo’ o respeito e o dever no cumprimento de suas obrigações.

A senhora Diretora fez uma advertência quanto ao senso de responsabilidades dos professores em relação a frequência e assiduidade às aulas. Os professores devem se lembrar que um dia de aula é muito importante para o bom aproveitamento do aluno, e que não há necessidade de fiscalizar o cumprimento do dever, uma vez que, todo o professor deve sentir no seu íntimo o respeito que deve haver na (cumprir) execução de suas obrigações (Londrina, 1968, p. 128).

Essa vigilância é um tipo de poder que atua de forma constante e sutil nas condutas individuais, tornando-se gradativamente sujeitos ‘autos-disciplinados’ (Leal; Henning, 2010). Para que fosse aceito, busca-se desvincular o controle do caráter repressor e, nesse sentido, o departamento traz consigo as sanções normalizadoras que, de acordo com Foucault (2014), constituem-se de sistemas disciplinares com ‘um pequeno mecanismo penal’ (micropenalidade do tempo, em caso de atrasos, ausências, interrupções das tarefas; da atividade, em situação de desatenção, negligência, falta de zelo; da maneira de ser, por grosseria ou desobediência; dos discursos, em razão de tagarelice, insolência etc.; do corpo, quando considerada atitudes ‘incorretas’, gestos não conformes, sujeira). Frequentemente nos registros das atas há menções a essas sanções, incluindo o condicionamento do salário ao cumprimento de algo, suspensões etc.

Foucault (2014) evidencia que o próprio sistema de classificação atua recompensando ou punindo, no sistema duplo ‘gratificação-sanção’, que qualifica o comportamento e o desempenho. O Depas estabelece esse sistema com a promoção ou exoneração docente; em 1963, tinha-se como critérios para a promoção: tempo de serviço, assiduidade à escola, número de alunos matriculados, séries atendidas em classe, atividade extraescolar, frequência ao curso de alfabetização, número de alunos aprovados nos exames finais (Londrina, 1963).

As atas de 1962 assinalam a necessidade de as professoras apresentarem mensalmente seus registros ao departamento como forma de avaliação do trabalho docente. As regentes deveriam entregar ao Depas o livro de chamada, o semanário das lições, o livro de inventário, o livro de atas dos exames, as estatísticas mensais e a anual. O sistema duplo de ‘gratificação-

sanção' foi habitual ao longo dos anos, e recorremos a um trecho da fala da diretora do departamento:

Falou também sobre a porcentagem de aprovação dos alunos municipais, elogiando os professores cujas aprovações foram ótimas, e chamando a atenção daqueles que possuem 43 alunos e tendo 2 aprovados. Explicou ainda, que este ano, não terá contemplação com esses professores que não trabalham. E que este ano, iremos aplicar teste de avaliação de toda a matéria dada por trimestre, afim de que possamos acompanhar passo a passo aquilo que os alunos aprenderam (Londrina, 1965, p. 86 verso).

O elogio e a repreensão pública fazem parte ativa da sanção normalizadora identificada por Foucault (2014). Outro ponto presente no controle do ofício das professoras era os exames regulares. Para Foucault (2014), o exame é uma combinação entre a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora. Dessa forma, o exame descrito nos registros não se limita aqueles exames em que uma banca examinadora vai à escola e aplica uma prova para avaliar a aprendizagem das crianças, mas estava presente também na observação da conduta, na relação professora-estudantes, professora-pais, nos semanários, estatísticas e em muitas outras situações. Dentre os instrumentos para esta avaliação, cita uma 'nova ficha sobre o trabalho dos professores', em que valorizaria tudo o que faziam, todo o esforço dos 'abnegados mestres' que, pouco instruídos, levavam instrução às crianças (Londrina, 1969a).

Nesta correlação de forças, há de se considerar a conduta, a atividade de conduzir exercida pelo Departamento de Educação, e a contraconduta foucaultiana, a forma de reação, que criava outras possibilidades de ação, não recusando o governo em si, mas a forma como se é governado, como demarca Costa (2019). Entre conduta e contraconduta, manifestam-se os atos de insubordinação e de indisciplina. Na educação dos anos 1960, com o avanço da ditadura militar, marcada por acordos internacionais e de orientação norte-americana, os professores em âmbito nacional conviviam com a imposição do patriotismo formal e da pedagogia tecnicista, pontua Lira (2010). Em contrapartida, Vicentini e Lugli (2009) também assinalam a crescente onda de movimentos docentes por melhores condições de trabalho e reajustes salariais.

Nesta investigação que toma o contexto londrinense como cenário, os registros das reuniões pedagógicas permitem refletir sobre as constantes alertas concernentes à conduta das professoras rurais, dando indícios de resistência e enfrentamento docente às ordens do departamento. Grabois (2011) frisa que, para Foucault, se há poder, há resistência e possibilidades de luta e, ao intentar forjar um tipo de professora primária rural e controlar o ofício docente, o Departamento de Educação lidou com disputas e com a contraconduta.

Considerações finais

Entre 1961 e 1969, a leitura e a análise de atas de reuniões pedagógicas e extraordinárias do Departamento de Educação de Londrina (Depas/Deas) permitem conhecer as atribuições docentes e os mecanismos de controle do ofício de professoras primárias rurais, predominantemente leigas. Pelo caráter formativo destes encontros, a formação em serviço ocorria mediante aulas-modelo, palestras acerca da boa conduta, circulares, programas e outros documentos oficiais para modelar a ação docente.

Com a ditadura militar, em 1964, e seu endurecimento, as reuniões pedagógicas e extraordinárias enfatizam os conteúdos pátrios e religiosos, intensificando as solicitações de ensaios de hinos, a explicação sobre os símbolos pátrios e aulas-modelo de religião ministrada por freiras.

Às vocacionadas, missionárias e abnegadas professoras primárias leigas, palavras que as adjetivavam, era esperado que tivessem boa vontade, fossem conscientes de seus deveres e se sujeitassem ao Departamento de Educação. Nos anos 1960, compunham o rol de atribuições docentes os trabalhos de secretaria, de limpeza e cuidado do ambiente escolar; trabalhos junto à comunidade, incluindo a formação religiosa, moral e cívica; para além do estritamente pedagógico. Também se esperava que, no exercício do trabalho, tivessem organização, capricho e seguissem expressamente as orientações dos programas e circulares produzidos pela instância superior.

À luz de Foucault, a pesquisa aponta que a disciplina e o controle da atividade exercidos pelo departamento se constituem uma extensão dos mecanismos do estado para o controle dos municípios. A vigilância contínua, hierarquizada e coercitiva se evidencia de diversas formas: na classificação das professoras, na avaliação permanente dos semanários e demais documentos, nas aulas expositivas sobre determinado assunto a ser lecionado em sala de aula etc. Trata-se de uma vigilância onipresente, cujo objetivo é que as professoras introduzam em seu comportamento o respeito e o dever no cumprimento de suas obrigações.

Para forjar a professora almejada e controlar seu ofício, o Departamento de Educação se utiliza do sistema duplo ‘gratificação-sanção’, seja pela promoção, exoneração docente ou condicionar o recebimento do salário à determinada situação. Ainda no que concerne ao controle do ofício das professoras, combina a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora, com o emprego de exames e instrumentos de avaliação do trabalho do abnegado e pouco instruído mestre.

Todavia, a investigação considera que a insistência e a constância dos mecanismos de controle do ofício indicam a correlação de forças, a contraconduta, a indisciplina e a resistência do professorado primário rural londrinense na década de 1960. Frente à pouca produção historiográfica sobre trabalho docente no estado do Paraná, esperamos que esta pesquisa incite outros estudos, convictos de que, ao contar esta história, fortaleça a luta por sólida formação de professores e de respeito à autonomia docente.

Referências

- ALVES, Jolinda de Moraes. **História da assistência social aos pobres em Londrina: 1940-1980**. 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/bc370587-7475-4559-af7a-3220607909dd/content>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- CAPELO, Maria Regina Clivati. **Educação, escola e diversidade cultural no meio rural de Londrina: quando o presente reconta o passado**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- CAPELO, Maria Regina Clivati. Educação rural em Londrina: cotidiano e cidadania. **Revista Mediações**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 52-59, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9397>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- CHALOPA, Rosa Fátima de Souza; CELESTE FILHO, Macioniro; MESQUITA, Ilka Miglio. **História e memória da educação rural no século XX**. São Paulo: Ed. Cultura Acadêmica, 2020.
- CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira; FARIA, Thais Bento. Educação pública paranaense em discursos governamentais (1961 - 1971). **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 22, n. 73, p. 550-572, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/28940/25585>. Acesso em: 20 set. 2024.
- COSTA, Helrison Silva. S. O lugar das contracondutas na genealogia foucaultiana do governo. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 61-78, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/20767>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 2, p. 103-110, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5698/2899>. Acesso em: 11 jul. 2024.

FARIA, Thais Bento. **Paraná: território de “vocação agrícola”?! Interiorização do Curso Normal Regional (1946-1968).** 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

FARIA, Thais Bento; IVASHITA, Simone Burioli. A educação rural em evidência no Paraná (1997-2019). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 11., 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SBHE, 2022. p. 675.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FURTADO, Alessandra Cristina; BEZERRA, Giovani Ferreira; MOREIRA, Kênia Hilda. Pesquisas em história da educação: problematizando o uso de arquivos, documentos e fontes. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 15, n. 2, p. 530-556, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/970>. Acesso em: 11 jul. 2024.

GARCIA, Emily; GRISOTTO, Américo. Novas formas de controle biopolítico: uma leitura a partir de Foucault. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho, n. 28, p. 79-105, jan./jun. 2018. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.35356/argumenta.v0i28.1234>. Acesso em: 11 jul. 2024.

GRABOIS, Pedro Fornaciari. Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e luta. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 7-27, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/55736>. Acesso em: 11 jul. 2024.

GUEDES, Shirlei Terezinha Roman; SCHELBAUER, Analete Regina. Da prática do ensino à prática de ensino: os sentidos da prática na formação de professores no Brasil do Século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, p. 227-245, maio 2010. Número especial. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639791/7354>. Acesso em: 11 jul. 2024.

HONORATO, Tony; YAMASHITA, Bruna Ester Gomes. Ações municipais de Londrina-PR na estruturação da profissão professor (1934-1963). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KJCv7RxLHxK858dzpPGQ6BJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jul. 2024.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O Paraná reinventado: política e governo.** Curitiba: IparDES, 1989.

IVASHITA, Simone Burioli. **Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná (1951-1953): representações de ensino, professor e escola rural.** 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

LEAL, Adriana Bergold; HENNING, Paula Corrêa. História, regulação e poder disciplinar no campo da supervisão escolar. **Educação em Revista**, Curitiba, v. 26, n. 2, p. 359-382, ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000200017>. Acesso em: 11 jul. 2024.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1265.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Departamento de Educação Pública e Assistência Social. **Ata de reunião pedagógica de 1961-1974**. Londrina: Departamento de Educação Pública e Assistência Social, 1961.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Departamento de Educação Pública e Assistência Social. **Ata de reunião pedagógica de 1961-1974**. Londrina: Departamento de Educação Pública e Assistência Social, 1962.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Departamento de Educação Pública e Assistência Social. **Ata de reunião pedagógica de 1961-1974**. Londrina: Departamento de Educação Pública e Assistência Social, 1963.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Departamento de Educação Pública e Assistência Social. **Ata de reunião pedagógica de 1961-1974**. Londrina: Departamento de Educação Pública e Assistência Social, 1965.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Departamento de Educação Pública e Assistência Social. **Ata de reunião pedagógica de 1961-1974**. Londrina: Departamento de Educação Pública e Assistência Social, 1968.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Departamento de Educação Pública e Assistência Social. **Ata de reunião pedagógica de 1961-1974**. Londrina: Departamento de Educação Pública e Assistência Social, 1969a.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Departamento de Educação Pública e Assistência Social. **Relatório geral dos anos de: 1956-1969**. Londrina: Departamento de Educação Pública e Assistência Social, 1969b.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SILVA, Carla Andréia Alves da. Poder político e relações de parentesco no município de Londrina - Paraná. **Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 203-223, dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/43270/26282>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Apresentação. In: GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 7-13.

SPÍNDOLA, Pablo. O panoptismo de Foucault: uma leitura não utilitarista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA., 26, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. p.

1-16.

SCHELBAUER, Analete Regina; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Expansão e modalidades de escola primária rural no estado do Paraná: iniciativas de governos estadual e federal de 1930-1960. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO., 2013, Cuiabá. **Anais** [...]. Cuiabá: [s. n.], 2013. p. 1-16.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosario Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

CRedit

Reconhecimentos:	Não se aplica.
Financiamento:	Não se aplica.
Conflito de interesses:	Os autores certificam que não tem interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética:	Não se aplica.
Contribuição dos autores:	Faria, T. F. declara ter participado da redação do artigo, e afirma ter sido de sua responsabilidade a conceitualização, curadoria dos dados, análise formal, redação e revisão do texto; Mariano, J. M. declara ter contribuído com a redação – rascunho original; supervisão, validação.

Submetido em: 17 de julho de 2024

Aceito em: 30 de setembro de 2024

Publicado em: 03 de fevereiro de 2025

Editor de seção: Luiz Gustavo Tirolí

Membro da equipe de produção: Junior Peres de Araujo

Assistente de editoração: João Victor da Silva